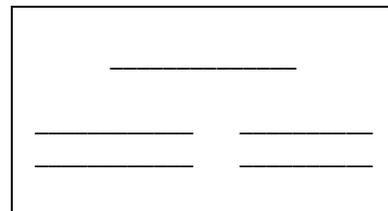




CÂMARA MUNICIPAL DE  
VIANA DO ALENTEJO



# ATA N.º 16/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 11/08/2021

**Participações por videoconferência (Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação dada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)**

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO

JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA

VEREADORES: PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO

LUIS MIGUEL FIALHO DUARTE

JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

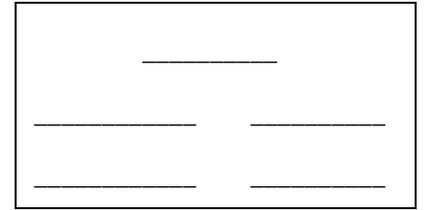
HORA DE ENCERRAMENTO: 17:30 HORAS

**FALTAS JUSTIFICADAS:**

**FALTAS INJUSTIFICADAS**

## RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 06/08/2021

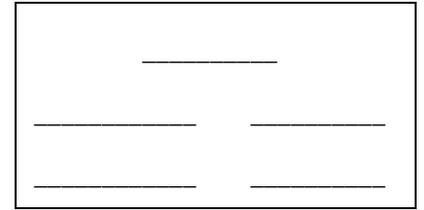
CAIXA .....	5.379,10 €
FUNDOS DE MANEIO .....	4.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 3 – JOÃO LUIS FOUTO LOURENÇO .....	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA .....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES .....	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO .....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 8 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS .....	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	1.891.298,30 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 .....	829.418,59 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 .....	1.827,97 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 .....	4.283,82 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 .....	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 .....	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 .....	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER .....	169.684,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850 .....	12.140,24 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001 .....	419.485,91 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668 .....	153.088,57 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 .....	165.038,08 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 .....	40.360,87 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 .....	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 .....	277.794,49 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	2.255.203,21€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	2.115.340,79 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....	139.862,42 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual foi realizada por videoconferência, no âmbito das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, cujo prazo foi alargado pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, que através do seu artigo 2.º alterou o artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, possibilitando que até 31 de dezembro de 2021, possam ser realizadas por videoconferência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais.-----

Participaram todos os membros do órgão e a ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 30 de junho de 2021
3. Informação sobre a atividade da Câmara
4. Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística
5. Proposta de ratificação do Protocolo celebrado entre o Município, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, relativo às condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente
6. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 26 de julho de 2021, relativo à data de abertura das Piscinas Municipais
7. Proposta de atribuição de apoio em espécie, no âmbito da “Oficina Domiciliária”
8. Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais
9. Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 12 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar
10. Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo
11. Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas
12. Proposta de celebração de Acordo de Cedência Definitiva ao Município do arquivo da extinta Câmara Municipal de Alcáçovas, em posse da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alcáçovas
13. Proposta de celebração de Contrato de Cedência de Bens Culturais móveis entre a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alcáçovas e o Município
14. Proposta de legalização da construção existente no lote 4 do Loteamento Horta de Santo António, cujo requerente é Emanuel Serra, Unipessoal, Lda
15. Proposta de legalização da construção existente no lote 5 do Loteamento Horta de Santo António, cujo requerente é Emanuel Serra, Lda
16. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Galopar e Pedalar, Clube BTT de Aguiar



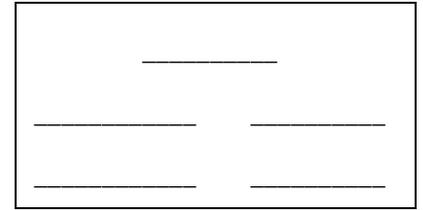
17. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Clube Amadores de Pesca de Viana do Alentejo
18. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar
19. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Club Alcaçovense
20. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo
21. 21.ª Proposta de alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa
22. 14.ª Proposta de alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais
23. 10.ª Proposta de alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos

**Período de Antes da Ordem do Dia** –\_Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o período de Antes da Ordem do Dia:-----

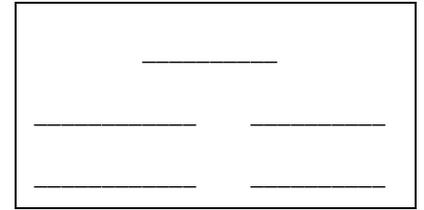
-- O Senhor Presidente referiu que na sequência da divulgação dos dados preliminares dos Censos 2021, divulgados pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, conclui-se que no Alentejo Central, o concelho de Viana do Alentejo foi um dos que registou um menor decréscimo da população (-7,3%), face a 2011, logo a seguir aos concelhos de Vendas Novas (-5,1%) e Évora (-5,4%). Em 2011, o Concelho tinha 5.743 habitantes e passados dez anos, em 2021, o número desceu para 5.323, ou seja, menos 7,3%, o que corresponde a menos 420 pessoas. Por freguesia, Aguiar perdeu 28 habitantes (-3,1%), Alcáçovas perdeu 182 habitantes (-8,6%) e Viana perdeu 210 (-7,7%). Os dados preliminares divulgados pelo INE mostram que todos os catorze concelhos do Alentejo Central perderam população na última década, variando de 5,1% (Vendas Novas) a 17,1% (Mora). Os resultados divulgados precisarão de uma leitura mais aprofundada com dados que ainda não estão disponíveis.-----

-- No seguimento de anteriores comunicações que o executivo municipal em regime de permanência tem dirigido à população, com o objetivo de informar sobre a evolução do processo “pandemia Covid-19” no Concelho, o Senhor Presidente disse que hoje se regista 1 caso ativo, segundo os dados disponíveis, da ASP – Autoridade de Saúde Pública.-----

Sobre as medidas a nível nacional, disse que atendendo aos dados relativos à pandemia em Portugal e depois dos pareceres dos especialistas em saúde pública, o Governo decidiu estabelecer um plano de levantamento gradual das medidas restritivas. De acordo com as entidades oficiais, a evolução da vacinação contra a Covid-19 no país permite que se avance para um alívio das restrições através de um plano gradual e dilatado no tempo. Tendo em conta que o processo de vacinação se encontra a evoluir de forma proporcional e equilibrada em todas as regiões, o plano aplica-se de igual modo em todo o território continental. Assim, desde o dia 1 de agosto:-----



- » Eliminaram-se as limitações à circulação na via pública a partir das 23h;
- » O teletrabalho deixou de ser obrigatório e passou a ser recomendado em todo o território nacional, sempre que as funções em causa o permitam;
- » Reabriu a generalidade das instalações, estabelecimentos e equipamentos, com exceção das discotecas, salões de dança ou de festa ou outros locais ou instalações semelhantes.-----
- Os estabelecimentos de restauração e similares e os equipamentos culturais e desportivos passaram a funcionar de acordo o horário do respetivo licenciamento, com o limite das 2:00 horas, ficando excluído o acesso ao público para novas admissões a partir da 1:00 horas, de acordo com as regras da DGS – Direção-Geral da Saúde.-----
- Os bares e outros estabelecimentos de bebidas sem espetáculo e os estabelecimentos de bebidas puderam passar a funcionar, com sujeição às regras estabelecidas para o setor da restauração e similares, desde que observado o cumprimento das regras e orientações em vigor e as especificamente elaboradas pela DGS.-----
- No que respeita ao número de pessoas por mesa nos restaurantes, passou a aplicar-se em todo o território nacional continental a regra do máximo de 6 pessoas por mesa no interior ou 10 pessoas nas esplanadas.-----
- Os estabelecimentos de comércio a retalho passaram a funcionar de acordo com o horário do respetivo licenciamento.-----
- Passou a ser permitido público nos espetáculos desportivos, segundo as regras a definir pela DGS.-----
- Os espetáculos culturais passaram a ter lotação de 66%.-----
- Passaram a ser aplicáveis em todo o território nacional continental as regras relativamente à testagem ou apresentação de certificado digital Covid para efeitos de serviço de refeições no interior dos estabelecimentos de restauração aos sábados, domingos e feriados, bem como às sextas-feiras a partir das 19:00 horas.-----
- Para acesso a estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, casinos, bingos ou similares e a termas, spas ou estabelecimentos afins, passaram a aplicar-se as regras previstas para o acesso a estabelecimentos turísticos e de alojamento local (apresentação pelos clientes de certificado digital ou de teste com resultado negativo).-----
- No que respeita à atividade física, passou a ser permitida, em todo o território nacional continental, a prática de atividade física ao ar livre e em ginásios e academias, sendo que para a realização de aulas de grupo passou a ser necessária a apresentação de certificado digital Covid ou de um teste com resultado negativo.-----



-- Mantêm-se as regras referentes a medidas sanitárias e de saúde pública (designadamente as relativas ao confinamento obrigatório, ao uso de máscaras ou viseiras, ao controlo da temperatura corporal e à realização de testes), bem como as medidas aplicáveis em matéria de tráfego aéreo, aeroportos e fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.-----

Para entrada ou frequência de estabelecimentos sujeitos à exigência de certificado digital ou de um resultado negativo de um teste de despiste à Covid-19, são admitidos quatro tipos de testes:

-- Teste PCR, realizado nas 72 horas anteriores à sua apresentação;

-- Teste de antigénio com relatório laboratorial, realizado nas 48 horas anteriores à sua apresentação;

-- Teste rápido de antigénio na modalidade de autoteste, realizado nas 24 horas anteriores à sua apresentação na presença de um profissional de saúde ou da área farmacêutica que certifique a sua realização e o seu resultado;

-- Teste rápido de antigénio na modalidade de autoteste, realizado no momento, à porta do estabelecimento que se pretende frequentar, sob verificação dos responsáveis por estes espaços.

Todas as medidas em vigor e demais informações podem ser consultadas em <https://covid19estamoson.gov.pt/plano-desconfinamento.../>.-----

Para além do referido site da Administração Central, esta informação também pode ser consultada no site do Município, no separador próprio criado para o efeito, acessível através da seguinte hiperligação:

<https://www.cm-vianadoalentejo.pt/municipe/areas-de-acao/saude/covid-19>.-----

O Senhor Presidente acrescentou que o Município continua a apoiar esta área da saúde através de várias ações, quer do ponto de vista logístico, quer financeiro e que continuam a ser utilizados todos os canais do Município para sensibilizar e informar, divulgar e promover toda a informação útil de que haja conhecimento, dirigida a toda a população, designadamente às Famílias, às Empresas e a outras Entidades.-----

Disse também que o Município continuará igualmente a acompanhar a evolução, articulando com as entidades oficiais em várias áreas (Proteção Civil, Saúde, Educação, entre outras) e tomando todas as medidas necessárias para o bem-estar de todos os munícipes. -----

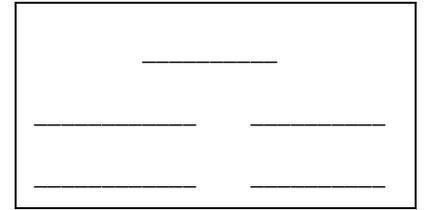
O Senhor Presidente reforçou o apelo à responsabilidade individual de cada um para o dever geral de ficar em casa, sempre que possível, recomendando a todos uma atitude prudente e atenta às orientações da DGS – Direção-Geral da Saúde e de outras entidades oficiais, nomeadamente:

-- mantendo o distanciamento social;

-- usando máscara;

-- desinfetando as mãos.

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte realçou a importância da matéria relativa aos Censos, concordando que deverá ser ponderada e analisada para posteriormente ser desenvolvida. Ainda assim, disse este



Vereador considerar que o Concelho de Viana do Alentejo necessita de políticas diferentes das atuais, no sentido de prender as pessoas ao território ou de as cativar para que venham.-----

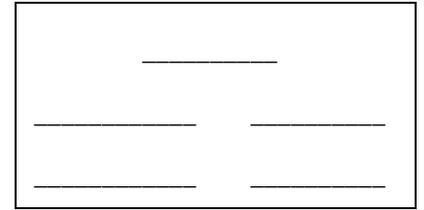
O Senhor Presidente disse que atendendo à natureza deste assunto, é importante que se gaste algum tempo a clarificar alguns aspetos. Referiu que a propósito deste tema, tem assistido a algum aproveitamento político neste período que antecede as eleições autárquicas, havendo quem se foque nas 420 pessoas que o Concelho de Viana perdeu, esquecendo que este Concelho não é uma ilha “no centro de qualquer coisa que está a acontecer à nossa volta”. Dado que fazemos parte de um território do interior, é necessário que integremos políticas em que todos participem, sendo evidente que as autarquias não podem resolver, isoladamente o problema da demografia.-----

O Senhor Presidente acrescentou ser completamente “falacioso e demagógico” fazer depender a perda de população de um Concelho, da ação do respetivo Município.-----

Disse ainda o Senhor Presidente que no caso do Concelho de Viana do Alentejo, espera que após serem disponibilizados todos os elementos necessários para ser efetuada uma análise mais real e correta, se venha a constatar que, dentro do panorama do interior, este Concelho é dos melhores na aplicação de políticas de fixação e de cativação de pessoas para o seu território. Reiterou a sua opinião de que deverá continuar a existir uma aposta forte, com mecanismos variados e com diversas entidades nacionais, regionais e locais, no sentido da política de fixação e cativação de pessoas.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, relativamente a este assunto e independentemente dos dados definitivos que irão ser disponibilizados mais tarde, voltou a realçar a importância dos Loteamentos Industriais do Concelho, em contexto de fixação da população. Em sua opinião, é inaceitável que não existam, nas três freguesias do Concelho, lotes industriais disponíveis para que se consigam atrair os empresários que contribuirão para a fixação da população no Concelho. Disse este Vereador constatar que apesar da alteração do PDM – Plano Diretor Municipal ter sido aprovada em 2015, só agora surgiu o Projeto de ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas. Acrescentou que em sua opinião é fundamental que existam lotes disponíveis, de dimensão pequena, média e grande, a fim de que os empresários se possam fixar e contribuir para o desenvolvimento do Concelho.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse que ao falar neste assunto hoje, a sua intenção não é fazer aproveitamento político mas sim pronunciar-se acerca dos resultados provisórios dos Censos de 2021 de que já há conhecimento. Acrescentou que embora as políticas de fixação das pessoas não dependam exclusivamente do que se faz localmente, o certo é que os políticos locais têm um papel fundamental. A este propósito, disse constatar que não tem havido disponibilização de lotes nem habitacionais, nem industriais no Concelho, situação que tem contribuído para o “não segurar” da população. Acrescentou ainda que esta matéria requer mais elementos informativos para poder ser objeto de uma análise ponderada.



O Senhor Presidente pediu aos Senhores Vereadores da oposição um comentário acerca dos resultados preliminares dos Censos 2021 nos Municípios do Alentejo Central pois de acordo com a argumentação por eles aduzida parece ter de se concluir que todos os Municípios poderiam ter executado mais ações para fixar a população.-----

Recordou que o Município de Viana do Alentejo perdeu 7,3% da população mas Arraiolos perdeu 10% e Mora 17% . Perguntou o Senhor Presidente aos Senhores Vereadores da oposição qual a observação que lhes ocorre fazer acerca destes factos.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse que dado ser Vereador no Concelho de Viana do Alentejo, é na Câmara Municipal que tem de fazer as suas observações, acerca do que sucede neste Concelho. Acrescentou que não tem dados de outros Concelhos que lhe permitam tecer comentários sobre a perda de população que ocorreu nos mesmos, tanto mais pelo facto de até já ter dito que é necessário aprofundar a análise dos dados do próprio Concelho de Viana do Alentejo.-----

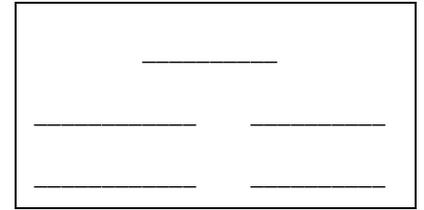
O Senhor Presidente referiu que em sua opinião, os Senhores Vereadores da oposição estão a fazer aproveitamento politico da situação, realçando que Mora (Município da CDU) perdeu 17% da população. Sublinhou que apesar dos resultados serem preliminares, o Concelho de Viana do Alentejo está na terceira melhor posição relativa, ou seja, o melhor Concelho é Vendas Novas, a seguir é Évora e a seguir é Viana do Alentejo.-----

O Senhor Presidente referiu que já está cansado de ouvir a oposição falar dos lotes industriais, acrescentando que a CDU teve oportunidade para resolver o problema dos lotes industriais no Concelho e não o fez, acusando agora o executivo do Partido Socialista de não ter lotes industriais no Concelho.-----

O Senhor Vereador Paulo Manzoupo referiu que ainda que existam lotes industriais disponíveis, pode suceder que não existam empresários para lá se fixarem. Acrescentou que em sua opinião, se o anterior executivo CDU tivesse tido uma atitude mais proativa no sentido deste Município beneficiar do bloco de regra do Alqueva, talvez tivesse sido evitada alguma perda de população.-----

O Senhor Vice-Presidente referiu que a intervenção do Senhor Vereador José Filipe Cruz acerca do assunto “lotes industriais”, revela que está mal preparado para discutir o assunto. Esclareceu que a CDU “bloqueou” a transação dos lotes industriais, através de uma deliberação tomada em 2001, tendo sido interpostas várias ações em Tribunal contra munícipes que não tinham construído dentro dos prazos que estavam estipulados. Constatou-se que as sentenças proferidas foram desfavoráveis ao Município, sendo que todos os processos nestas circunstâncias ficaram em suspenso, não tendo havido nem construções nos lotes em causa, nem transação desses mesmos lotes.-----

Disse o Senhor Vice-Presidente que a situação descrita foi resolvida pelo executivo PS, revogando, em 2011 a deliberação de 2001, no sentido dos lotes em causa poderem ser “desbloqueados”, tendo essa deliberação contado com o voto contra da CDU. Acrescentou que foi por esta via que a empresária Maria



Vitória conseguiu adquirir os lotes que lhe faziam falta para a expansão da sua atividade, tal como foi possível a implementação de uma empresa destinada à comercialização de móveis.-----

Disse também o Senhor Vice-Presidente que existem 4 lotes industriais em Alcáçovas, prontos para serem disponibilizados, logo que esteja resolvida uma questão pendente com a Conservatória. Acrescentou que está também concluído o projeto relativo ao alargamento da Zona Industrial de Alcáçovas.-----

O Senhor Vice-Presidente realçou que os empresários podem optar por exercer a respetiva atividade sem ser em lotes industriais (assim acontecerá, por exemplo, com um empresário que irá construir uma fábrica de descasque de amêndoa fora da Zona Industrial).-----

Relativamente a Viana do Alentejo, disse o Senhor Vice-Presidente que talvez o Senhor Vereador José Filipe Cruz não saiba que Viana ficou sem uma parte substancial de terreno industrial porque no tempo do executivo CDU, num loteamento destinado a indústrias e à margem do PDM, foi feita uma urbanização para venda de lotes destinados a habitação. Disse o Senhor Vice-Presidente que estes factos são da história de um passado recente que é preciso conhecer, antes de serem proferidas determinadas afirmações.-----

----Quanto à freguesia de Aguiar, disse o Senhor Vice-Presidente que por via da alteração do PDM, está contemplada uma zona de expansão para a construção da sua Zona Industrial, tendo já o Município encetado negociações com o proprietário no sentido de encontrar uma solução que permita que Aguiar também tenha a sua Zona Industrial.-----

Disse também o Senhor Vice-Presidente que enquanto que em Alcáçovas, o terreno para a expansão da Zona Industrial já existe, em Aguiar isso não acontece.-----

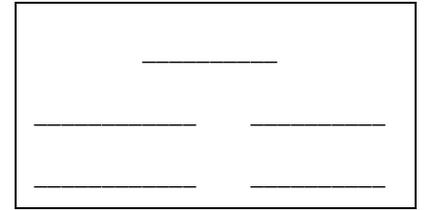
O Senhor Presidente recordou que na reunião da Câmara de 26 de janeiro de 2011, pode constatar-se que na respetiva ata (folhas 2 e seguintes) consta a discussão e deliberação quanto à proposta de revogação das deliberações de 2001, relativas a reversão de lotes industriais. Salientou que depois de ter sido amplamente discutido este assunto na referida reunião, a proposta de revogação das deliberações de 2001 foi aprovada com os votos contra dos eleitos da CDU, Estevão Pereira e José Jacinto Grave.-----

O Senhor Presidente questionou onde é que está então a preocupação dos eleitos da CDU com os empresários pois a empresária Maria Vitória só conseguiu ampliar as suas instalações graças aos eleitos do Partido Socialista.-----

O Senhor Vice-Presidente referiu que é um facto que o executivo da CDU, em 2001, bloqueou o desenvolvimento das Zonas Industriais, mantendo-o até 2009. Acrescentou que se o PS não tivesse ganho as eleições em 2009, provavelmente esse bloqueio tinha continuado.-----

----O Senhor Presidente acrescentou que se o executivo da CDU estivesse realmente preocupado com os empresários, não tinha colocado os processos em Tribunal e tinha-lhes dado mais uma oportunidade.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que o executivo em regime de permanência continua “agarrado ao passado”, fazendo sucessivas referências aos anos de 2001, 2009, 2011 e aos eleitos Estevão



Pereira, José Jacinto, etc. Contudo- disse este Vereador – atualmente integram o executivo municipal dois Vereadores da oposição que não têm de ficar reféns das posições tomadas anteriormente por eleitos da mesma força política, independentemente de concordarem ou não com essas posições.-----

Disse ainda o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte que o Senhor Vice-Presidente referiu que em Viana houve terrenos industriais que foram sacrificados para serem transformados em lotes habitacionais. A este propósito, disse este Vereador que teria sido importante, antes de qualquer referência a este assunto, que o Senhor Vice-Presidente tivesse verificado que a percentagem de lotes industriais inserida no loteamento a que se referiu, era mínima. Acrescentou este Vereador que foi o executivo PS que alterou o PDM e legalizou essa situação, possivelmente porque concordou que o local era muito mais apropriado para lotes urbanos do que para lotes industriais (trata-se de um local no meio da vila, muito mais apropriado para lotes habitacionais do que para lotes industriais).-----

Quanto ao Bloco de Rega do Alqueva a que se referiu o Senhor Vereador Paulo Manzoupo disse o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte que para discutir o assunto seria necessário verificar datas (inicio do Bloco de Rega e saída da CDU da Câmara) para não se exigir que a CDU tivesse feito coisas antes da barragem do Alqueva ter sido construída!-----

Ainda relativamente aos Censos de 2021, disse o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte que independentemente do Senhor Presidente enfatizar que este Município está bem posicionado porque se encontra em terceiro lugar quanto à perda de população, relativamente aos Municípios do Alentejo Central, é um facto que a perda de população é sempre má, nem que seja apenas por uma pessoa.-----

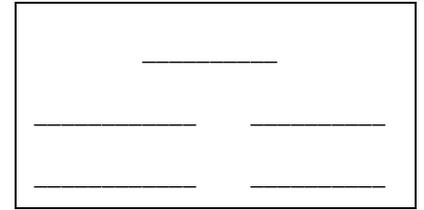
O Senhor Presidente realçou que de 1991 a 2001, o Concelho de Viana do Alentejo já tinha perdido população.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte contrapôs com o facto do Concelho, nos últimos 10 anos de gestão CDU, não ter perdido população, por via de políticas adequadas e de medidas tomadas para que a população se fixasse.-----

O Senhor Presidente considerou que este tipo de intervenção, nesta altura, é “autêntica demagogia e eleitoralismo puro” porque aquilo que fez aumentar a população do Concelho foi uma urbanização privada que surgiu em Aguiar.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, a propósito do Senhor Vice-Presidente ter referido que o executivo CDU “bloqueou” a atribuição de lotes industriais, perguntou porque é que só agora surge o projeto de ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas, uma vez que o executivo CDU, quando saiu da Câmara, deixou comprado o terreno destinado a esse fim.-----

O Senhor Vice-Presidente considerou que as Zonas Industriais são um fator importante para o desenvolvimento do território mas, em sua opinião, não são, só por si, um fator determinante para que a população cresça. A este respeito, recordou que se entre 2001 e 2011 a população do Concelho cresceu e



a dinâmica industrial estava estagnada por via de uma deliberação do executivo CDU, parece não se poder fazer uma ligação direta entre desenvolvimento industrial e crescimento da população.-----

O Senhor Vice-Presidente salientou que Aguiar “teve sorte” com o novo Bairro de iniciativa privada que viu surgir, situação a que o executivo CDU é completamente alheio.-----

Disse o Senhor Vice-Presidente que após o PS chegar à Camara, em 2009, tomou conhecimento de que o executivo CDU havia licenciado ilegalmente um loteamento, em Viana do Alentejo, violando o PDM, o que é crime.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte clarificou que o loteamento em causa foi aprovado por unanimidade pelos eleitos da CDU, do PS e do PSD.-----

O Senhor Vice-Presidente argumentou que quem estava a gerir a Câmara, à data, era a CDU e que se foi submetida uma proposta ao executivo, sem referir quaisquer violações da Lei, é normal que os restantes eleitos a tenham votado favoravelmente. Quando o executivo PS se deparou com o problema e dado que existiam já várias habitações construídas no loteamento em causa, ponderou não proceder à respetiva demolição.-----

O Senhor Vice-Presidente salientou que esta posição não significou validação de um procedimento errado mas sim, dentro do que legalmente foi possível e consultando as entidades competentes, tentar consolidar o que estava feito, mediante uma alteração do PDM, exclusivamente para esse fim.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, pelas palavras do Senhor Vice-Presidente, disse que depreende que o atual executivo estava na disposição de continuar a aprovar a instalação de empresas industriais no referido loteamento.-----

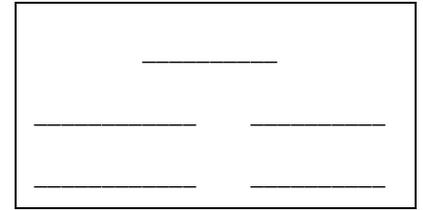
O Senhor Presidente salientou que o loteamento em causa previa lotes industriais, não podendo o ónus ser colocado neste executivo por ter sido sensível ao problema complexo da existência de lotes habitacionais nesse loteamento, com um investimento elevado, feito por uma empresa do Concelho.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, independentemente do facto do Senhor Vice-Presidente ter referido que ele está mal preparado, salientou que aquilo que é um facto indesmentível é que não existem lotes industriais no concelho para que os investidores se possam fixar.-----

O Senhor Presidente voltou a referir que a preocupação agora demonstrada com os empresários não é compatível com a atitude que o executivo CDU tomou ao colocar 10 ou 11 proprietários de lotes industriais em Tribunal, impedindo-os de construir.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte fez notar que previamente à tomada de deliberação sobre este assunto, foram feitas muitas insistências junto dos empresários em incumprimento e dado que as mesmas não tiveram sucesso, houve que cumprir as regras do Regulamento aplicável.-----

O Senhor Presidente, ainda a este propósito, referiu que um dos empresários visado com essa deliberação do executivo CDU (o Senhor João Garcia), disse numa reunião de Câmara (e consta da respetiva ata) que



tinham existido dois pesos e duas medidas, ou seja, houve inicialmente empresários com atrasos de meses e anos e que não foram impedidos de construir. Em contrapartida, a dado momento, a Câmara tomou uma deliberação radical, não permitindo que os empresários que estavam atrasados, construíssem.-----

O Senhor Presidente acrescentou que em sua opinião esta foi uma má decisão do executivo CDU que através de uma medida “cega” acabou por prejudicar os empresários.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte realçou que esta medida só foi tomada após terem sido concedidas aos empresários, durante muito tempo, prorrogações sucessivas de prazos, que eles continuaram a não cumprir.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz perguntou se o executivo em regime de permanência considera ter tido uma atitude correta e coerente ao não proceder à ampliação das Zonas Industriais do Concelho.-----

O Senhor Presidente respondeu que o objetivo deste executivo é fazer sempre mais, em diversas áreas e daí que nunca esteja satisfeito com o que realizou. Contudo – disse – este executivo provou que em 12 anos de “vacas magras”, geriu melhor do que a CDU em 16 anos de “vacas gordas”.-----

O Senhor Presidente disse ter hoje consigo o Jornal “Avante” que refere o seguinte em relação aos Censos: “ Os resultados tornados públicos precisarão de uma leitura mais aprofundada com dados que ainda não estão disponíveis e cruzando diversos elementos”.-----

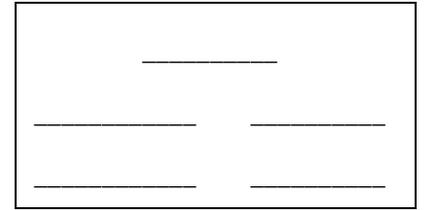
Disse o Senhor Presidente concordar com isto e não com aproveitamentos políticos locais, feitos por políticos dos quais o Concelho não precisa para nada.-----

-O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, apesar de ter a noção de que é difícil dissociar o papel de Vereador do papel de candidato a Presidente da Câmara, disse que aquilo que tem para referir, irá fazê-lo na qualidade de Vereador. Nessa qualidade, disse não achar de bom tom que alguém utilize, na sua página de campanha, projetos que são da Câmara, ou seja, também ele poderia ter colocado na sua página de campanha, o projeto das casas pré-fabricadas de Aguiar, embora considere que não o deve fazer. Concretizou, referindo que na página de campanha do candidato do Partido Socialista está a ser feita a promoção do Acordo celebrado com o Município e do projeto das casas pré-fabricadas de Aguiar, como se se tratasse de uma proposta para o futuro, da autoria da própria força politica-----

O Senhor Presidente salientou que não se trata de um projeto da Câmara aquilo que está colocado na página de campanha do PS.-----

O Senhor Presidente salientou ainda que não é candidato à Câmara pelo PS e daí que não perceba qual o objetivo da observação do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, parecendo-lhe no entanto que ele está a criticar o seu colega candidato do Partido Socialista. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse não se tratar de uma critica mas sim de uma chamada de atenção relativamente a um procedimento que não acha correto.-----



O Senhor Presidente questionou o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte sobre os motivos de lhe estar a dirigir essa observação.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte respondeu que dirige essa observação ao Senhor Presidente da Câmara que também é candidato à Assembleia Municipal pela lista do PS.-----

O Senhor Presidente considerou despropositado trazer este assunto para uma reunião da Câmara.-----

O Senhor Vice – Presidente, pela intervenção do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, disse que lhe parece poder concluir que o referido Vereador está a pensar que o projeto das casas pré-fabricadas saiu da Câmara e está a ser utilizado numa página particular. Contudo, tal não corresponde à realidade – disse – uma vez que a Câmara ainda não tem projeto para esse investimento, tendo apenas na sua posse o comprovativo do Acordo que assinou com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.-----

Disse o Senhor Presidente que é errado o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte pensar que o “desenho” que está na página da candidatura PS, saiu da Câmara. Disse ainda, relativamente ao facto de uma candidatura se ter aproveitado do Acordo que foi assinado para o referir na sua página, que nada tem com o assunto dado que é candidato à Assembleia Municipal e não líder dessa candidatura.-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte sublinhou, mais uma vez, que não considera correto que numa página de campanha surjam “desenhos” e referências a um investimento de que a respetiva força política não se deve apropriar. -----

O Senhor Presidente referiu que estão a ser trazidos, pela CDU, com frequência, aspetos da campanha para as reuniões da Câmara, o que não lhe parece bem. Sublinhou não ser líder da candidatura, nem gestor da respetiva página, não podendo impedir ninguém de replicar os textos da Câmara na sua página.-----

O Senhor Vereador Paulo Manzoupo lembrou que também a candidatura do VIVA, na sua página, apresentou um projeto para a substituição das coberturas das casas pré-fabricadas de Aguiar, não tendo sido a candidatura do PS a única a aludir a este tema.-----

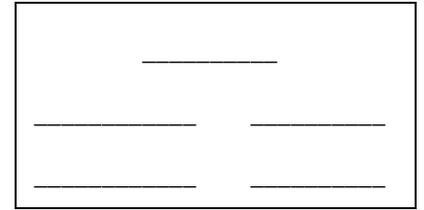
Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:

**Ponto Um) Proposta de aprovação da ata em minuta** – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

**Ponto Dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 30 de junho de 2021** –A Câmara aprovou por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária de 30 de junho de 2021.-----

**Ponto Três) Informação sobre a atividade da Câmara** – O Senhor Presidente informou que de 30 de julho a 10 de outubro está patente, no Castelo de Viana do Alentejo, a exposição “Entre Cores e Linhas”, de Micéu Nunes. A exposição apresenta um conjunto de telas onde se destacam as cores ímpares de África, que determinam a intensidade cromática das suas cores que, para além da visão, exploram os sentidos.---

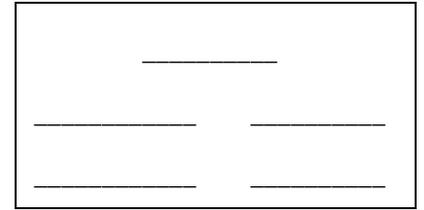
-- O Senhor Presidente informou que no dia 31 de julho teve lugar, no Cineteatro Vianense, a cerimónia



que deu lugar ao descerramento da placa com o nome de Jesuíno Simões, o construtor do imponente edifício, que dá agora nome à sala de rés-do-chão, denominada plateia. Esta homenagem surgiu no seguimento da apresentação do livro “Jesuíno Simões e a construção do Cine-teatro de Viana do Alentejo”, da autoria dos vianenses Francisco José Baião e Manuel José Baião, editado pelo Município e na qual estiveram presentes o Senhor Presidente, um dos autores (Manuel José Baião) e a neta de Jesuíno Simões, Teresa Simões Mendonça. Esta nova obra, para além de homenagear Jesuíno Simões, procura também dar a conhecer outros aspetos importantes da freguesia, nomeadamente como era o mundo do espetáculo em Viana do Alentejo em meados do século XIX e a vila em meados do século XX, aquando da construção do novo Cineteatro Vianense.-----

-- O Senhor Presidente referiu que no dia 3 de agosto nos Paços do Município decorreu, a assinatura do Protocolo entre o Município, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com vista à criação da segunda EIP – Equipa de Intervenção Permanente, de modo a assegurar uma pronta resposta de socorro e emergência à população. Este novo apoio, composto por cinco bombeiros em regime de permanência, possibilita dar uma resposta mais adequada a diferentes missões, mesmo que mais exigentes e complexas. À semelhança do que acontece com a primeira EIP, cujo protocolo foi assinado em 2012, ao Município caberá a responsabilidade de assegurar 50% dos custos decorrentes da remuneração dos elementos que integram a EIP, cabendo à ANEPC suportar os restantes 50%. Recorda-se que o Município, desde o início da pandemia, reforçou os apoios à corporação local de bombeiros, à Delegação de Alcáçovas da CVP – Cruz Vermelha Portuguesa e às IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, para além da implementação de várias medidas de âmbito social dirigidas às empresas e às famílias.-----

-- O Senhor Presidente informou que no dia 4 de agosto, nos Paços do Município, decorreu a cerimónia de assinatura do Acordo de Colaboração, no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, entre o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e o Município de Viana do Alentejo. O IHRU esteve representado pela sua Presidente, Dra. Isabel Dias, que foi recebida por todo o executivo municipal em regime de permanência. Este Acordo garante o financiamento de cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), com vista à implementação da Estratégia Local de Habitação deste Concelho, documento da responsabilidade da autarquia, que, no seu processo de elaboração, contou com a colaboração de outras entidades locais, como as Misericórdias, a Associação Terras Dentro e a Associação Terra Mãe. Estão, desta forma, reunidas as condições que se dar início à obra física que garantirá, definitivamente, o direito à habitação condigna a muitas famílias do Concelho, nomeadamente os residentes no Bairro das Casas Pré-Fabricadas de Aguiar, construído há mais de quarenta anos com carácter provisório e que se foi perpetuando. Disse o Senhor Presidente ser uma grande honra e uma enorme satisfação para o atual executivo concluir um processo que, desde a primeira hora, considerou prioritário e que após muito



trabalho, acabou por dar frutos. Deste modo o processo das Casas Pré-Fabricas de Aguiar não terá soluções precárias, como a mera substituição de coberturas, etc. Terá, sim, habitações novas, com as condições que os moradores merecem.-----

-- O Senhor Presidente informou que no dia 5 de agosto participou na reunião da CDPC – Comissão Distrital de Proteção Civil, por videoconferência. Entre os assuntos abordados, destacou o ponto de situação da pandemia causada pela COVID-19 a nível distrital.-----

**Ponto Quatro) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística** – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística.-----

**Ponto Cinco) Proposta de ratificação do Protocolo celebrado entre o Município, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, relativo às condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente**

A Câmara ratificou por unanimidade o Protocolo assinado no dia 3 de Agosto de 2021 entre este Município, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros de Viana do Alentejo, relativo às condições de contratação e funcionamento de uma segunda Equipa de Intervenção Permanente (EIP).O Protocolo terá duração de três anos, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, ficando autorizados os pagamentos decorrentes do mesmo.-----

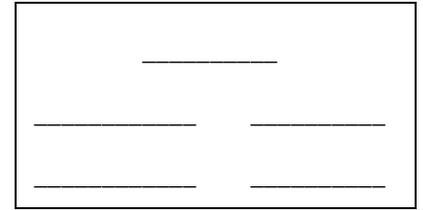
**Ponto Seis) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 26 de julho de 2021, relativo à data de abertura das Piscinas Municipais** – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente de 26 de julho de 2021, estipulando o dia 28 de julho de 2021 para a abertura das Piscinas Municipais de Viana do Alentejo e de Alcáçovas, ambas com lotação máxima de 120 pessoas.-----

**Ponto Sete) Proposta de atribuição de apoio em espécie, no âmbito da “Oficina Domiciliária”**– Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir o seguinte apoio em espécie, no âmbito da “Oficina Domiciliária”:

--» Titular do Cartão n.º 110 – Carlos José Santos Pereira – Reparação de estores e persianas.-----

**Ponto Oito) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais** - Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense/ 2.º trimestre de 2021:

- Ballet e Sevilhanas – 630,90 € (seiscentos e trinta euros e noventa cêntimos)
- Grupo Coral “Paz e Unidade” – 180,00 € (cento e oitenta euros)

**Ponto Nove) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º12 relativo à Empreitada de Construção do**

**Centro Social de Aguiar** – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 12, relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar, no montante de 41 269,05 € (quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove euros e cinco cêntimos).-----

**Ponto Dez) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo**

Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, a importância de 25 000,00 € (vinte cinco mil euros) como participação no aumento de despesas da Instituição, decorrentes da atual situação de pandemia (COVID-19).-----

**Ponto Onze) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas** – Nos

termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas, a importância de 25 000,00 € (vinte cinco mil euros) como participação no aumento de despesas da Instituição, decorrentes da atual situação de pandemia (COVID-19).-----

**Ponto Doze) Proposta de celebração de Acordo de Cedência Definitiva ao Município do arquivo da extinta Câmara Municipal de Alcáçovas, em posse da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de**

**Alcáçovas**– O Senhor Vice-Presidente informou que não foi ainda recebida a autorização do Senhor Arcebispo de Évora para que o Pároco de Alcáçovas possa assinar este Acordo de Cedência, devendo este assunto transitar para uma próxima reunião.-----

**Ponto Treze) Proposta de celebração de Contrato de Cedência de Bens Culturais móveis entre a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alcáçovas e o Município** – O Senhor Vice-Presidente informou que

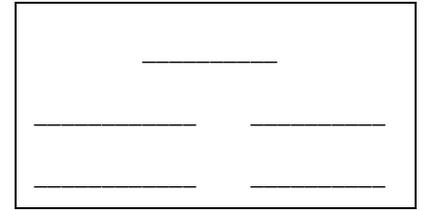
não foi ainda recebida a autorização do Senhor Arcebispo de Évora para que o Pároco de Alcáçovas possa assinar este Contrato de Cedência, devendo este assunto transitar para uma próxima reunião.-----

**Ponto Catorze) Proposta de legalização da construção existente no lote 4 do Loteamento Horta de Santo**

**António, cujo requerente é Emanuel Serra, Unipessoal, Lda** - Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao Processo n.º 142/21, cujo requerente é Emanuel Serra, Unipessoal, Lda; a Câmara deliberou, com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, aprovar a legalização da construção no lote 4 do Loteamento Horta de Santo António, em Viana do Alentejo.-----

**Ponto Quinze) Proposta de legalização da construção existente no lote 5 do Loteamento Horta de Santo**

**António, cujo requerente é Emanuel Serra, Unipessoal, Lda** - Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao Processo n.º 142/21, cujo requerente é Emanuel Serra, Unipessoal, Lda; a Câmara deliberou, com três votos favoráveis e duas abstenções por parte



dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, aprovar a legalização da construção no lote 5 do Loteamento Horta de Santo António, em Viana do Alentejo.-----

**Ponto Dezasseis) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Galopar e Pedalar, Clube BTT de Aguiar -** Sem a participação do Senhor Vereador Paulo Manzoupo por se encontrar impedido, a Câmara deliberou, com quatro votos favoráveis, aprovar a proposta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Galopar e Pedalar, Clube BTT de Aguiar, no montante de 2 400,00 € (dois mil e quatrocentos euros) e que vigorará entre 16 de agosto de 2021 e 15 de agosto de 2022.-----

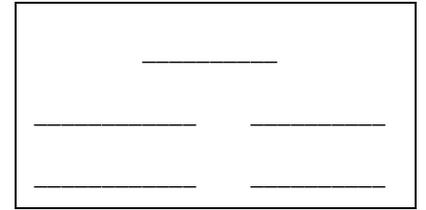
**Ponto Dezassete) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Clube Amadores de Pesca de Viana do Alentejo –** A Câmara aprovou por unanimidade a proposta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Clube Amadores de Pesca de Viana do Alentejo, no montante de 3 700,00 € (três mil e setecentos euros) e que vigorará entre 16 de agosto de 2021 e 15 de agosto de 2022.-----

**Ponto Dezoito) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar -** Sem a participação do Senhor Vereador Paulo Manzoupo por se encontrar impedido, a Câmara deliberou, com quatro votos favoráveis, aprovar a proposta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, no montante de 37 600,00 € (trinta e sete mil e seiscentos euros) e que vigorará entre 13 de agosto de 2021 e 12 de agosto de 2022.-----

**Ponto Dezanove) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Club Alcaçovense –** A Câmara aprovou por unanimidade a proposta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Clube Alcaçovense, no montante de 83 328,55 € (oitenta e três mil trezentos e vinte e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos) e que vigorará entre 13 de agosto de 2021 e de 12 de agosto de 2022.-----

**Ponto Vinte) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo -** A Câmara aprovou por unanimidade a proposta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo, no montante de 95 298,77 € (noventa e cinco mil duzentos e noventa e oito euros e setenta e sete cêntimos) e que vigorará entre 13 de agosto de 2021 e 12 de agosto de 2022.-----

**Ponto Vinte Um) 21.ª Proposta de alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa –** Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 21.ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa.-----



**Ponto Vinte e Dois) 14.ª Proposta de alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais** - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 14.ª Proposta de alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais.-----

**Ponto Vinte e Três) 10.ª Proposta de alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos** - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 10.ª Proposta de alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos.--

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e trinta minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, \_\_\_\_\_, Chefe da DGR, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,